

DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO: IDENTIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA ESCOLA

Sílvio Estenio Rocha de Freitas¹
Rosendo Freitas de Amorim²
Ana Maria Fontenele Catrib³
Francisco José Rodrigues⁴
Fernando Atair Pochay⁵

Resumo

A temática da diversidade sexual e de gênero tem tido uma visibilidade crescente na mídia, impelindo à escola a debater o tema e a rever padrões normativos que produzem o modo heterossexista de perceber a sexualidade dos estudantes. O presente trabalho se interessa pela percepção de como a questão da Identidade sexual e das diferentes sexualidades, construídas e presentes no nosso cotidiano, chegam à escola; e pretende reforçar a potencialidade da escola de promover reflexões capazes de instigar a luta política pela igualdade e pelo respeito entre os alunos, no sentido de compreender a dinâmica da convivência enquanto fundamental para uma experiência saudável de aprendizagem. Para isso, questiona-se a inflexibilidade e o silenciamento institucional, evidenciando ações de tolerância e aceitação entre profissionais, pais e alunos. A presente pesquisa apresenta um resgate teórico sobre a formação da identidade sexual e de gênero na escola e suas interfaces com o preconceito contra alunos com orientação sexual diferente da heteronormatividade. Diante disso, emerge o espaço escolar como ambiente potente para se discutir e refletir acerca de questões relacionadas à sexualidade e gênero. E, mais do que isso, as relações entre professores e alunos têm que ir além da formação cultural, da sexualidade e das vulnerabilidades de cada sujeito. Tem-se que compreender a orientação sexual em sua complexidade, e não buscar uma origem causal, interpretando-a de modo preconceituoso.

Palavras-chave: Orientação sexual. Identidade Homossexual. Preconceito. Discriminação. Escola Pública

Abstract: DIVERSITY IN EDUCATION: SEXUAL AND GENDER IDENTITY IN SCHOOL

In Brazil, there are few studies addressing the issue of sexual diversity in the school and there are many aspects of the complexity and density of the subject that need to be worked in order to facilitate dialogue between different sectors of society, seeking to unveil an impregnated reality of prejudice, stigmas and unequal power relations, involving cultural, historical and religious issues. Furthermore, the issue of sexual and gender diversity is increasingly visible in the media, prompting the school to discuss the issue and to

¹ Mestre em Saúde Coletiva (UNIFOR). Professor da Escola Anísio Teixeira. Enfermeiro da Maternidade Escola Assis Chateaubriand.

² Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (UNIFOR). Técnico da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC).

³ Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (UNIFOR).

⁴ Doutor em Educação (UFC). Professor da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Técnico do Conselho Municipal de Educação (CME).

⁵ Professor Adjunto da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

review regulatory standards that produce the heterosexist way of perceiving the sexuality of students. The present work is concerned with the perception of how the issue of sexual identity and the different sexualities, built and present in our everyday lives, arrive at school. And intends to strengthen the capability of the school to promote reflections instigate political struggle for equality and respect among students, in order to understand the dynamics of coexistence as the key to a healthy learning experience. For this, we question the institutional inflexibility and silencing, showing shares of tolerance and acceptance among professionals, parents and students. This research presents a theoretical survey on the formation of sexual identity and gender in school and their interfaces with the prejudice against students with different sexual orientation heteronormativity. Thus emerges the school environment while powerful environment to discuss and reflect on issues related to sexuality and gender . And , more than that , the relationship between teachers and students have to go beyond the cultural background , sexuality and vulnerabilities of each subject . One has to understand sexual orientation in its complexity and not seek a causal origin, interpreting it in biased mode.

Keywords: Sexual Orientation. Homosexual Identity. Prejudice. Discrimination. Public School.

Resumen: DIVERSIDAD EN LA EDUCACIÓN: IDENTIDAD SEXUAL Y DE GÉNERO EN LA ESCUELA

La temática de la diversidad sexual y de género ha tenido una visibilidad creciente en los medios, impulsando a la escuela a debatir el tema ya revisar patrones normativos que producen el modo heterosexista de percibir la sexualidad de los estudiantes. El presente trabajo se interesa por la percepción de cómo la cuestión de la identidad sexual y de las diferentes sexualidades, construidas y presentes en nuestro cotidiano, llegan a la escuela; y pretende reforzar la potencialidad de la escuela de promover reflexiones capaces de instigar la lucha política por la igualdad y el respeto entre los alumnos para comprender la dinámica de la convivencia como fundamental para una experiencia sana de aprendizaje. Para ello, se cuestiona la inflexibilidad y el silenciamiento institucional, evidenciando acciones de tolerancia y aceptación entre profesionales, padres y alumnos. La presente investigación presenta un rescate teórico sobre la formación de la identidad sexual y de género en la escuela y sus interfaces con el prejuicio contra alumnos con orientación sexual diferente a la heteronormatividad. Ante ello, emerge el espacio escolar como ambiente potente para discutir y reflexionar acerca de cuestiones relacionadas con la sexualidad y el género. Y, más que eso, las relaciones entre profesores y alumnos tienen que ir más allá de la formación cultural, de la sexualidad y de las vulnerabilidades de cada sujeto. Se tiene que comprender la orientación sexual en su complejidad, y no buscar un origen causal, interpretándola de modo preconcebido.

Palabras-clave: Orientación Sexual. Identidad homosexual. Perjuicio. Discriminación. Escuela pública.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Aproximação e envolvimento com o objeto de estudo

Salientamos a necessidade de a escola discutir e esclarecer em sala de aula e com a comunidade, as especificidades que envolvem a temática da sexualidade e suas repercussões biopsicossociais. Nesse sentido, naturalizar a sexualidade é relacioná-la apenas às características físicas do ser humano. Por sua vez, o gênero remete às características comportamentais, culturais, sociais e históricas que a envolvem. Além disso, são ambos “relativos”, e a percepção sobre eles irá mudar de acordo com a visão pessoal de cada um. A tradição cultural, ávida por classificações, no entanto, criou as identidades sexuais de gênero, como: gay, lésbica, bissexual, heterossexual etc, que passaram a servir para as discussões sobre sexualidade, mas não dão conta da enorme diversidade sexual humana.

Entendemos o conceito cultura como um processo de construção onde estão inseridas as visões de mundo, os estilos, as histórias, as expressões e os símbolos usados por um grupo, ou seja, seus conceitos e conhecimentos que são transmitidos às novas gerações. A cultura é um fenômeno unicamente humano que se refere à capacidade que os seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia. Compartilhada pelos indivíduos de um determinado grupo, não se refere a uma atribuição de significados diferentes a coisas e passagens da vida aparentemente semelhantes, mas vai além de um sistema de costumes. É objeto de intervenção humana, que faz da vida uma obra de arte, inventável, legível, avaliável, interpretável (GEERTZ, 1978).

Segundo TREVISAN (2011), naturalizar a homossexualidade e descrevê-la como doença e pecado tem sido um esforço que resulta em pesquisas irrelevantes para a ciência, reforçando e confirmando a heteronormatividade. Isso, ainda, é reflexo de preconceitos secularmente arraigados na sociedade. As gerações anteriores conviveram com o forte poder religioso e sob o jugo de regimes ditatoriais [que reforçavam a ideia da

homossexualidade como abominável]. Essa conjuntura trouxe o caráter de pensar e sentir ‘homofóbico’ e ‘heterossexista’ para as ações de Educação. A ignorância, o silêncio e o tabu envolvidos nesta problemática, de acordo com Félix (2009), impediram o enfrentamento, o diálogo e até a pesquisa acerca dessa temática.

Heteronormatividade é um termo pelo qual se refere aos ditados sociais que limitam os desejos sexuais, as condutas e as identificações de gênero que são admitidos como normais ou aceitáveis àqueles ajustados ao par binário masculino/feminino, ou seja, expressa a existência de uma norma social que está relacionada ao comportamento heterossexual como padrão (HEILBORN & RODHEN, 2009). Dessa forma, prevalece a ideia de que apenas o padrão de conduta heterossexual é válido socialmente, colocando em desvantagem os sujeitos que possuem uma orientação sexual diferente da heterossexual.

A heteronormatividade está na ordem das coisas e no cerne das concepções curriculares das instituições de ensino, caracteriza-se como um conjunto de disposições (discursos, valores, práticas) por meio das quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade natural e legítima de expressar a sexualidade humana, regulando tanto a sexualidade quanto o gênero (WARNER, 1993).

Tais disposições heteronormativas naturalizam, impõem, sancionam e legitimam uma única sequência sexo-gênero-sexualidade: a centrada na heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero, agindo como estruturadoras de relações sociais e produtoras de subjetividades (BUTLER, 2003). A heterossexualidade, hegemônica e obrigatória, histórica e culturalmente transformada em norma, produzida e reiterada, torna-se o principal sustentáculo da heteronormatividade (LOURO, 2009).

Assim, é mais adequado entender a homofobia e o heterossexismo como fenômenos sociais relacionados a preconceitos, discriminação e violência voltados contra quaisquer sujeitos,

expressões e estilos de vida que indiquem transgressão ou dissintonia em relação às normas de gênero, à matriz heterossexual, à heteronormatividade (JUNQUEIRA, 2009b, 2009, 2007).

O cotidiano escolar e o projeto político pedagógico (incluindo o currículo) se interpelam e se implicam mutuamente, produzindo discursos, enunciados, gestos e ocorrências em defesa da heteronormatividade. Assim, o heterossexismo e a homofobia, enquanto manifestações do sexismo agem instaurando um regime de controle e vigilância não só da conduta hetero (sexual), mas também das expressões e das identidades de gênero, não raro, associadas a diversos regimes e arsenais normativos, em que (re) constroem e reproduzem saberes, sujeitos, identidades, diferenças, hierarquias interferindo na formação social e no desempenho escolar (POCAHY, 2010).

A pesquisa busca reforçar a potencialidade da Escola de promover reflexões capazes de instigar, de enfrentar, de revoltar e de reinventar a luta política pela igualdade e pelo respeito entre os alunos, no sentido de compreender a dinâmica da convivência enquanto fundamental para uma vivência saudável. Para isso, trava-se uma luta constante contra a intolerância e o silenciamento institucional, evidenciando ações de tolerância e aceitação entre profissionais, pais e alunos.

Desta forma, desvelar a violência explícita e simbólica, de enfrentar a omissão e o silêncio, de desafiar a desigualdade essencialista do corpo, ancorado em princípios positivistas, ser o autor de uma descrição densa (GEERTZ, 1978), a partir da voz de alunos(as) que apresentam orientação sexual diversa, que discordam e se revoltam com a ordem heteronormativa estabelecida na escola, (re)descobrir os significados a partir da análise de conteúdo destas narrativas, foi um caminho desafiador e, sobretudo, de enorme satisfação.

1.2 Objeto de estudo e suas interfaces

O aporte da escola, com suas rotinas, regras, práticas e valores, a esse processo de normalização

e ajustamento heterorreguladores e de marginalização de sujeitos, saberes e práticas dissidentes em relação à matriz heterossexual é crucial. Ali, o heterossexismo e a homofobia podem agir, de maneira sorrateira ou ostensiva, como bem explicita Junqueira (2009), em todos os seus espaços.

Somente nos anos de 1990, com o aparecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a Sexualidade, o Gênero e a Diversidade Sexual passaram a habitar os discursos e as práticas educacionais. Contudo, passadas mais de duas décadas, ainda se percebem uma atuação pontual, insipiente e, muitas vezes, conflituosa.

A escola como espaço de formação da cidadania está comprometida com o respeito aos direitos humanos, por isso tem a responsabilidade de discutir o tema da inclusão de grupos minoritários, como os grupos de gênero representados por gays e lésbicas. O marco mais significativo no contexto da diversidade sexual e dos direitos sexuais, no Brasil, é o “Programa Brasil sem Homofobia”, lançado pela Secretaria de Direitos Humanos, que visa combater a violência e a discriminação contra a pessoa com orientação sexual diversa (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros – LGBT). Para isso, de acordo com Junqueira (2009), é indispensável promover o reconhecimento da diversidade sexual e da pluralidade de identidades sexuais e de gênero a partir da criação de políticas de equidade e interromper a longa sequência de cumplicidade e indiferença em relação à homofobia, garantindo a cidadania para todas as pessoas.

A Identidade sexual se refere ao modo como a pessoa se percebe em termos de orientação sexual e ao modo como ela torna pública (ou não) essa percepção de si em determinados ambientes ou situações. A escolha da identidade sexual pode ser um ato político, pois homossexuais e bissexuais são considerados “desviantes” em relação à norma heterossexual. Assumir-se como gay, lésbica ou bissexual, na escola, na família, ou em público, representa, uma afirmação de pertencimento e uma tomada de posição crítica diante das normas sociais.

Dentro dos limites da ética e dos direitos humanos, a orientação sexual diferente da norma heterossexista na escola deve ser respeitada e não combatida com violência, ou utilizada como critério de exclusão social e política. Ante o exposto, o estudo sugere que tal pressuposto pode e deve ser discutido, criticado, questionado, a partir da escola, local por excelência propício à mudança de atitude.

Diante disso, o presente trabalho faz um resgate teórico sobre: a formação da identidade sexual e de gênero na escola e suas interfaces com a discriminação e o preconceito contra alunos com orientação sexual diferente da heteronormatividade. Além disso, enfatizam-se alguns aspectos relativos à diversidade sexual na escola, bem como alguns aspectos históricos e políticos da homossexualidade, que resultaram em conquistas de direito de cidadania.

Analisamos a expressão da sexualidade de alunos que se apresentaram como tendo orientação sexual diferente da heteronormatividade. Para tanto, buscou-se compreender como são estabelecidas as relações sociais na escola a partir dos núcleos de sentidos analisadores como: orientação sexual; relacionamento na escola; concepções a cerca da homossexualidade; preconceito e discriminação; e expressão da identidade sexual. O estudo objetiva compreender a lógica hegemônica da heteronormatividade no contexto do ambiente escolar, relacionada à (des)construção da identidade homossexual dos estudantes.

2. A IDENTIDADE SEXUAL E DE GÊNERO COMO EIXOS ORIENTADORES DA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE SEXUAL NA ESCOLA E AS INTERFACES COM A DISCRIMINAÇÃO E O PRECONCEITO

Compreender a sexualidade como parte integral do ser humano, formadora da personalidade de cada indivíduo, é uma premissa básica para os profissionais da educação e da saúde. Isso já era anunciado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde 1978. Portanto, sexualidade não é sinônimo de sexo (ato em si) e não se limita à presença ou não de orgasmo; é, por outro lado, a

energia que motiva o encontro, o amor, o contato e a intimidade, expressando-se na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas, entusiasmando pensamentos, sentimentos, ações e interações. Dessa forma, apresenta influência tanto para saúde física como à mental (GOMES, 2010).

Foucault (1988) supera o tema da sexualidade como objeto natural e o entende como dispositivo da modernidade, constituído por práticas discursivas que produzem saberes e poderes, buscando normalizar, controlar e estabelecer “verdades” acerca do sujeito na relação com seu corpo e seus prazeres. Para o autor, os mecanismos específicos de conhecimento e poder centrados no sexo se conjugam, desde o século XVIII, através de uma variedade de práticas sociais e técnicas de poder, produzindo discursos normativos sobre a sexualidade das mulheres e das crianças, discutindo temas como a homossexualidade.

A Escola (como instituição formadora que faz parte do cotidiano do adolescente) apresenta espaço fundamental para que o sujeito possa se construir e se desenvolver de maneira integral. É neste espaço aonde a sexualidade deveria ser discutida e compreendida pelo ser humano em formação, na medida em que isso facilitaria um desenvolvimento sexual saudável e consciente. Contudo, não é isso que se observa na realidade do ambiente escolar, conforme aponta Guacira Lopes Louro:

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega, porque ignora) e, desta forma, oferece poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, o lugar do desconhecimento e da ignorância. (LOURO, 2000, p. 30).

Assim, por não ter suas dúvidas esclarecidas no ambiente escolar, o indivíduo é levado a descobrir sozinho e com os amigos a sua própria sexualidade. Além disso, a falta de diálogo contribui para que a

Escola seja um forte agente de construção e reprodução de conceitos e prejulgamentos que remetem às novas identidades sexuais e de gênero, e aos novos modelos familiares que habitam o mundo contemporâneo de maneira preconceituosa e segregadora. Isso tudo reforça a emergência por mudanças.

Com efeito, em distintos graus, na escola encontramos heterossexismo e homofobia no livro didático, nas concepções de currículo, nos conteúdos heterocêntricos, nas relações pedagógicas normalizadoras. Explicitam-se na hora da chamada (no furor em torno do número 24, mas, sobretudo, na recusa de se chamar a estudante travesti pelo seu “nome social”), nas brincadeiras e nas piadas consideradas inofensivas e usadas inclusive como instrumento didático. Estão nos bilhetinhos, carteiras, quadras, banheiros, na dificuldade de ter acesso ao banheiro. Afloram nas salas dos professores, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais e mestres. Motivam brigas no intervalo e no final das aulas. Estão nas rotinas de ameaças, intimidação, chacotas, moléstias, humilhações, tormentas, degradação, marginalização, exclusão etc (JUNQUEIRA, 2009).

Salientamos, no entanto, que a saúde escolar no Brasil apresentou avanços importantes ao longo do século XX, deslocando-se do discurso biomédico tradicional, para um discurso de múltiplos olhares. Dentre as diferentes ações que contribuíram significativamente para isso, destaca-se a Iniciativa Regional Escolas Promotoras de Saúde – IREPS que, estimulada pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), possui caráter de estímulo à capacidade dos países da América Latina e do Caribe na área de saúde escolar e apresenta uma concepção ampliada de saúde, cunhada a partir da Carta de Ottawa, como o processo promotor da saúde, destinado a capacitar os indivíduos para exercerem um maior controle sobre sua vida e sobre os fatores que podem afetá-la.

Na prática, observamos que, geralmente, os temas da Sexualidade e da Diversidade Sexual ainda se apresentam dentro de um modelo arcaico, centrado em intervenções pontuais relacionadas

exclusivamente aos aspectos fisiológicos e patológicos. A Educação em Saúde se concretiza, assim, de forma equivocada; tratando de conteúdos afeitos a epidemias do momento. Isso vai de encontro ao modelo preconizado nos parâmetros curriculares nacionais, que aconselha a apresentação dos conteúdos de educação sexual no currículo da formação de crianças e adolescentes dentro de uma abordagem transversal e interdisciplinar, integrada a todas as disciplinas, como um discurso cotidiano do processo ensino/aprendizagem.

Harada (2003) alerta que este caminho trilhado pela estratégia de saúde na escola, do ponto de vista da práxis profissional, prescinde, necessariamente, de uma revisão de seu eixo teórico e conceitual, capaz de se contrapor ao pensamento tradicional e hegemônico, que permanece disparando práticas higienistas e assistencialistas. É a partir disso que se poderá, definitivamente, avançar e ampliar as concepções e as práticas integrais e interdisciplinares no modo de perceber o ser humano, considerando o seu contexto político mais amplo, estendendo à comunidade e ao ambiente em geral.

A função do professor vai além de transmissão de conteúdos específicos, engloba um entendimento integral do processo formativo. Enquanto cidadãos conscientes de seus direitos e deveres políticos, civis e sociais, os profissionais devem expandir aos seus alunos, uma consciência crítica nos mais diferentes assuntos que compõem seu cotidiano, de modo que eles sejam capazes de adotar atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, à discriminação e ao preconceito, tornando-os aptos a conhecerem e cuidarem da sua saúde física e mental, valorizando e adotando hábitos saudáveis e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde sexual e à saúde coletiva. Esses aspectos são imprescindíveis para que o processo de ensino-aprendizagem se efetive, tais práticas devem ser construídas de maneira compartilhada (alunos-pais-professores) e inseridas no projeto político pedagógico da escola (BRASIL, 2001).

Em 2007, as diretrizes da nova política de atenção à

saúde do escolar no Brasil, instituiu o Decreto nº 6.286, que cria o Programa Saúde na Escola (PSE), com o intuito de contribuir com a formação integral dos estudantes da rede pública da educação básica através de ações de atenção à saúde, bem como a promoção à saúde e à cultura da paz, articulando de modo mais concreto as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) às ações da educação básica pública. Esse programa visa fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades no campo da saúde coletiva, que comprometem o desenvolvimento escolar. Nesse sentido, inclui o diálogo na escola acerca de estratégias de enfrentamento à discriminação por orientação sexual e às relações heterossexistas (BRASIL, 2007).

Pesquisa encomendada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) demonstrou que quando o olhar se volta para a educação, o panorama da discriminação e preconceito contra homossexuais faz parte do cotidiano das escolas. Essa pesquisa foi publicada em 2004 e contou com a participação de 14 capitais brasileiras. As informações foram coletadas em 241 escolas, com mais de 16 mil alunos, mais de 3 mil professores e cerca de 4,5 mil pais e mães de alunos. Destes, cerca de 40% dos alunos masculinos entrevistados revelaram que não gostariam de ter homossexuais como colega de sala e mais de 35% dos pais demonstraram que não gostariam de tê-los como amigos de seus filhos na escola, revelando explicitamente a presença marcante de homofobia. Cerca de 60% e 70% de professores e pais, respectivamente, revelaram conhecimento insuficiente para lidar com a orientação sexual de alunos/as e filhos/as. Tal estudo revela a omissão da escola no seu papel de conscientizar e capacitar o seu quadro de professores, além de inserir como ação permanente a discussão e reflexão sobre a temática em reuniões de pais e mestres (ABRAMOVAY, 2004).

A comunicação e relacionamento com um estudante homossexual na escola não deve seguir um rito

doutrinário, uma regra de tratamento diferenciada, mas apontar para o respeito e o bom senso. O educador precisa compreender que sua responsabilidade não é transformar a condição de um jovem, adequando-o a determinado padrão, mas, sim, despertar no coletivo o respeito pela diversidade humana, seja ela relacionada à raça, credo, religião, ou orientação sexual. É dessa forma que se pode pensar num fazer pedagógico que possibilite debates, sem preconceito e sem viés religioso, acerca das diferentes formas de expressão sexual e das novas conjecturas e arranjos da família contemporânea⁶ (AMORIM, 2012), das relações desiguais de gênero, da homofobia e da luta pela conquista da igualdade de direitos.

O conhecimento acerca da diversidade sexual faz-se necessário à prática educativa, pois é na etapa da vida escolar que o indivíduo se desenvolve sexualmente e passa a assumir um objeto de desejo (que pode ser pelo sexo oposto, pelo mesmo sexo, por ambos etc). Nessa linha de pensamento, o professor deve compreender o aluno em sua singularidade e aceitar incondicionalmente a autodefinição apresentada, mesmo que seus princípios e pensamento sejam divergentes. Não cabe ao educador o papel de julgamento. O aluno tem o direito de expressar com sinceridade os seus desejos. É possível que parte dos estudantes apresente reações negativas e depreciativas, cabendo ao professor facilitar o processo dialógico e trabalhar com eles a construção da sua própria identidade sexual e de gênero, salientando a importância da aceitação e respeito ao próximo.

Na adolescência, o ser humano inicia a descoberta da sua sexualidade, possibilitando a definição da orientação sexual, que, ainda nos padrões contemporâneos heterossexistas, nas sociedades latinas, o homem precisa demonstrar virilidade e capacidade de conquistar muitas mulheres, provando alto desempenho sexual (FALCONETT, LEFAUCHER, 1977) e a mulher, por sua vez, deve ser símbolo de delicadeza e feminilidade. É nesse

⁶ Tendo por base o princípio da dignidade da pessoa humana e utilizando da nova hermenêutica constitucional, contida no art. 226 da Constituição Federal, o conceito de família passa a ter um novo aspecto, aprovado, em 2011, pelo Supremo Tribunal Federal, abrangendo qualquer tipo de relação de afetividade, independente do sexo dos envolvidos, pois o importante é a satisfação do sujeito como pessoa, garantindo a esta parcela da população não só o direito de constituir uma família, mas também, dentre outros, o direito de receber pensão alimentícia, de herança de seu companheiro (a), de serem incluídos como dependentes nos planos de saúde e de adotar filhos e registrá-los em seus nomes (AMORIM, 2012, p. 27).

período, que o indivíduo assume poder no processo de socialização, (re)construindo sua identidade e moldando sua subjetividade. As experiências da infância vão se juntar aos novos acontecimentos da adolescência e formar o sujeito para a vida adulta. Assim, as pessoas que passam por esse período e correspondem aos padrões sociais (de beleza, raça, inteligência e orientação sexual etc), têm maiores chances de obter sucesso nas relações sociais, do que aqueles que vão de encontro a essas regras sociais; estes, são discriminados, sofrem diferentes formas de violência etc.

Essa violência simbólica e concreta colabora para a ocultação da orientação sexual. Sobre isto, Vianna (2012) aponta que as garotas homossexuais têm sua expressão sexual silenciada, na medida em que o heterossexismo transforma o contato físico entre mulheres em algo aceitável por ser percebido como “fetiche sexual”. Dessa forma, o relacionamento sexual e afetivo entre mulheres pode até não ser excluído, mas ainda é inferiorizado e não reconhecido. Além disso, a própria inserção das pessoas advindas dos movimentos de mulheres e da população LGBT não garante a superação das relações de poder, que definem parâmetros tradicionais, sustentando as relações de gênero na sociedade contemporânea.

A exclusão social contribui expressivamente para o aumento de depressão nos sujeitos vitimados e, em casos extremos, observa-se a ocorrência de morte por suicídio. A gravidade dessa realidade é acrescida da reflexão de que ela é percebida pela grande maioria das pessoas de forma naturalizada, como algo comum e aceitável no seu cotidiano, sendo fundamental transformar essa realidade (OLWEUS, 2004).

Assim, destacamos que a diminuição da vulnerabilidade do segmento LGBT está relacionada ao aumento da cidadania ativa, que corresponde à instituição do cidadão como portador de direitos e deveres, passando, essencialmente, a ser participante da esfera pública e criador de novos direitos em benefício de um grupo cada vez maior. Nesse sentido, a construção e a visibilidade das identidades LGBT dentro das escolas é uma das

formas de se combater o preconceito, o estigma e a discriminação; diminuindo, potencialmente, a exclusão social dos indivíduos homossexuais (BENEVIDES, 1996).

A homofobia como conceito parece ser desconhecida por muitas pessoas. Suas ações e reações, que reproduzem e recrudescem o preconceito, por outro lado, são muito antigas e conhecidas por muitos. A negação institucional legal, religiosa, linguística e escolar, à orientação sexual diversa, em geral, representa a repressão e “ameaça” de violência que, por si, inibem a livre expressão, causam repulsa e suprimem os direitos humanos e de cidadania, classificando as pessoas que apresentam diversidade sexual “desviantes”, como inferiores. Estes passam, então, a serem vistos como problemas sociais, agentes da promiscuidade e transmissores de doenças. Fala-se em homofobia quando as estatísticas afirmam que um homossexual é morto a cada três dias no Brasil, por conta da sua condição homossexual, ou, ainda, quando se lembra que existem oitenta países que criminalizam a homossexualidade em suas leis penais – e, destes, sete, ainda punem o indivíduo homossexual com a pena de morte (MOTT, 1988).

Homofobia é o termo usado para se referir ao desprezo e ao ódio às pessoas com orientação sexual diferente da heterossexual (HEILBORN & RODHEN, 2009). A homofobia descreve vários fenômenos sociais relacionados ao preconceito, a discriminação e à violência contra os homossexuais. O termo, no entanto, não se refere ao conceito tradicional de fobia, facilmente associável à ideia de doença e tratados com terapias e antidepressivos. Atualmente, grupos lésbicos, bissexuais e transgêneros, com o intuito de conferir maior visibilidade política à suas lutas e criticar normas e valores postos pela dominação masculina, propõem, também, o uso dos termos lesbofobia, bifobia e transfobia.

A leitura que Borrillo (2010) faz acerca da homofobia, analisando a hostilidade com que são tratados os alunos com orientação sexual diversa, aponta que quando a homossexualidade requer publicamente sua expressão, o preconceito se torna insuportável,

pois rompe com a hierarquia da ordem sexual. Por isso, a tarefa pedagógica deve ser a de questionar a heterossexualidade compulsória e mostrar que a hierarquia de sexualidades é tão insustentável quanto às relações heterossexistas, bem como incluir a ideia de diversidade sexual no plano político pedagógico da escola, em livros e apostilas escolares.

A escola como instituição inclusiva deve compreender o ser humano na sua diversidade sexual, garantindo o direito incondicional de todos os alunos que nela queiram estudar, sem abrir mão de sua subjetividade e identidade sexual. Essa inclusão, historicamente, não se traduz como uma boa ação de gestores e governos; ao contrário, conforme supracitado, tem se configurado em uma conquista gradativa de um direito, uma luta política de grupos que se sentem excluídos. É no cotidiano da vida escolar que o professor é capaz de promover mudanças de pensamento e ampliar a visão dos escolares para a aceitação da diversidade, servindo de estímulo ao bom convívio, percebendo a riqueza que há na junção harmônica entre os diferentes.

As discussões sobre gênero e sexualidade estão impregnadas de valores e significados constitutivos da socialização de homens e mulheres. A compreensão é reduzida ao sexo que constitui o ser humano, às características físicas e naturais coladas à concepção biológica, ao cuidado do corpo e à prevenção de doenças ainda vista como universal e a-histórica. Esses valores configuram a própria identidade docente, bem como as identidades de gênero chanceladas nas normas e relações escolares. Desta forma, a formação docente é uma das estratégias pelas quais se podem encontrar mecanismos de superação de algumas ideias preconcebidas e de novos conhecimentos e práticas. A leitura das propostas no campo da diversidade sexual e gênero que os governos estaduais e municipais fazem das políticas federais e a forma como essa discussão é amoldada por docentes e demais funcionários das escolas públicas, ainda é muito centralizada na sua elaboração, necessitando, para ser mais efetiva, envolver todos os responsáveis pela educação (VIANNA, 2012).

Essa tarefa requer uma árdua luta em todas as esferas, dentro e fora da escola, envolvendo ações nas diferentes estratégias de conscientização e na formação do corpo docente; na discussão de propostas e atividades realizadas na escola; na análise crítica dos livros didáticos; nos estudos científicos que perpetuam preconceitos; e, sobretudo, nas inúmeras reivindicações por direitos à diferença, capaz de produzir outras e múltiplas alternativas aos desafios e às urgências que a discussão enseja (VIANNA, 2012).

Além disso, analisamos que a tolerância para a demonstração de afeto entre as pessoas não pode se distinguir entre heterossexual, ou homossexual. Apesar disso, a relação de afeto entre pessoas do mesmo sexo, ainda é surpreendente para a sociedade em geral e também, especificamente, no âmbito escolar. Esse tipo de relação é assustador e desconhecido para muitas pessoas que tiveram uma educação conservadora e patriarcal durante boa parte de suas vidas. Um afeto, um beijo, andar de mãos dadas, casais de meninos ou de meninas, comumente choca mais e tem efeito mais devastador na escola, do que a violência gerada pelo bullying homofóbico, por exemplo. É um paradoxo a ideia de que um beijo possa causar maior repulsa e sobressalto, do que uma agressão física (BRASIL, 2006).

Essa “estranheza” amplia-se a análise da postura adotada pelos educadores e organização escolar no tratamento dado aos indivíduos que se percebem como sendo do sexo oposto e passam a agir como tal. Ações como: alterar o nome da lista de chamada, permitir o uso do uniforme feminino e compartilhar o banheiro das meninas, para alunas travestis. Tudo isso, depende de como o educador reconhece a identidade do aluno, configurando passo fundamental para iniciar qualquer relação equilibrada na escola. O poder simbólico existente na relação do educador com o aluno, em favor do primeiro, muitas vezes de forma inconsciente, procura impor seus próprios conceitos de gênero, sendo desrespeitoso e invasivo, o que exemplifica mais uma ação violenta contra a privacidade do sujeito, que além de injustiçado, pode ser vítima de bullying institucional.

O fenômeno da homofobia, discutido anteriormente, geralmente é associado ao bullying, acontecendo em paralelo a diversas outras formas de preconceito, como a misoginia, o etnocentrismo e se configura como uma realidade bem presente no cotidiano escolar. Para Daniel Borrilo (2009), a homofobia é um fenômeno variado e complexo, presente em diferentes contextos e diferentes formas, não se limitando a constatar as diferenças, mas também em julgamentos, com juízo de valor e:

[...] entrevê-la em piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado; no entanto, ela pode revestir-se, também, de formas mais brutais, chegando inclusive à exterminação, como foi o caso na Alemanha nazista. [...] Assim, se o homossexual é culpado do pecado, sua condenação moral aparece como necessária, e a purificação pelo fogo inquisitorial é uma consequência lógica. Se seus atos sexuais e afetivos são tidos quase como crime, então seu lugar natural é, na melhor das hipóteses, o ostracismo, e na pior, a pena capital, como ainda acontece em alguns países. Considerado um doente, ele é objeto do olhar clínico e deve se submeter a terapias que a ciência lhe recomenda, em especial os eletrochoques utilizados no ocidente até os anos de 1960. Se as formas mais sutis de homofobia denotam uma tolerância em relação a lésbicas e gays, isso só é feito atribuindo-se a esses sujeitos um lugar marginal e silencioso, o de uma sexualidade considerada incompleta ou secundária (BORRILLO, 2009, p. 18).

Diante desses problemas sociais de violência que a escola vem enfrentando, tem-se a necessidade de inovação urgente, na busca de uma maior e melhor conexão com a sociedade e os alunos, adotando propostas pedagógicas que (re)coloquem a formação do ser humano como o principal objetivo da educação. Carrara (2009) apregoa que a escola é uma instituição viva, que se alimenta e ao mesmo tempo alimenta a sociedade na qual está inserida, ou seja, uma sociedade de consumo e da obsolescência. Portanto, essa instituição apresenta uma relação complexa com a realidade a qual está inserida (formas de viver, sentir, produzir, amar e se relacionar).

Ressaltamos, ainda, que a escola precisa estar atenta ao fato de que “é na identidade do sujeito, [...]

no conjunto das representações que os sujeitos têm de si, que se integram e se ressignificam as relações com o meio” (TOGNETTA, 2008. p. 11751). Ou seja, o fato de alguém assistir e sofrer violência não necessariamente fará com que essa pessoa as reproduza automaticamente e mecanicamente, mas a leitura que ela faz dos processos de violência vivenciados, e a forma como as identifica, que conduzirá seu comportamento. Nesse sentido, cabe ao educador promover a reflexão sobre esses acontecimentos, conduzindo os indivíduos a formularem pensamentos mais assertivos (de não reprodução dos atos violentos).

No campo da orientação sexual, emerge a discussão acerca da violência simbólica⁷ (BOURDIEU, 1999). Este tipo de agressão “se esconde” nas “entrelinhas” do comportamento social, estando presente, por exemplo, quando a comunidade não é capaz de encaminhar seus jovens ao mercado de trabalho; ou não lhes oferece oportunidades para o desenvolvimento da criatividade e de atividades de lazer; ou, ainda, pela imposição de um conteúdo destituído de interesse e de significado para a vida dos alunos; e, até mesmo, quando os professores se recusam a proporcionar explicações suficientes, abandonando os estudantes à sua própria sorte, desvalorizando-os com palavras e atitudes de desmerecimento (ABRAMOVAY; RUA 2002). Muitas vezes, por seu caráter encoberto, esse tipo de violência passa despercebido, inclusive, para os próprios sujeitos vitimados; o que favorece sua permanência e repetição.

Tratamos, assim, de uma cultura de violência, que se dissemina entre as pessoas, como expressão do preconceito, da homofobia, da discriminação contra aqueles com orientação sexual diferente do padrão heteronormativo etc. Ao mesmo tempo, pode-se contrapor e disseminar nas escolas uma contracultura de paz, conseguindo-se plantar nos corações das crianças e adolescentes as sementes da paz – solidariedade, tolerância, respeito ao outro e o amor –, podendo-se vislumbrar uma sociedade mais equilibrada, justa e pacífica. Construir um mundo de paz é possível, para isso, deve-se

⁷ Entendida como violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 1999, p. 7-8).

primeiramente construí-lo dentro de cada sujeito de maneira singular.

A educação potencialmente promove os meios necessários para compreender que se nasce livre em dignidade e direitos, e que se deve respeitar todos os grupos sociais no desenvolvimento de sua identidade cultural. Assim, a verdadeira educação deve estar a serviço da humanidade, respeitando as diversidades culturais e buscando respostas aos problemas que os aflige. Nesse sentido, educar para os direitos humanos significa passar de uma consciência meramente individual para uma consciência coletiva, assumindo um compromisso de tornar os direitos uma realidade para todos os cidadãos no cotidiano da família, da escola, do trabalho, dos meios de comunicação; enfim, em todas as esferas sociais (DUARTE, 2008).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar de assuntos relacionados ao preconceito e à sexualidade é, em si, muito desafiador para a instituição escolar, pois se tratam de temas que estão enraizados na sociedade e, muitas vezes, tolhem a sua problematização. A isso, acrescenta-se o desafio de se discutir esses temas com adolescentes e suas diferentes perspectivas. Tal etapa do desenvolvimento humano é marcada pela construção da identidade sexual do indivíduo e, por isso, é caracterizada por instabilidade, sendo vivenciada de maneira diferente por cada pessoa, o que reforça o seu caráter complexo.

Desta forma, observamos que a escola, enquanto aparelho social deve ser um espaço para reflexão e debate dos tabus e preconceitos que envolvem a homossexualidade, assim como de outras questões que promovam segregação. Para que sua atuação não seja mera reprodutora de valores sociais excludentes preestabelecidos, os resultados apontam que é imprescindível que haja uma melhor capacitação dos profissionais da seara da educação para lidar com a diversidade de alunos, de modo a não promover a reprodução de padrões heterossexistas. É fundamental que a política pedagógica escolar favoreça a construção de um

ambiente acolhedor, em que os educandos convivam melhor com as diferenças e possam se expressar livremente.

Nesse sentido, alertamos para o fato de que os discursos dos alunos apontam para uma realidade de preconceito e discriminação no espaço escolar, reproduzindo fatos que ocorrem nos mais diferentes lugares da sociedade. Ser algo comum não significa, no entanto, que seja correto e/ou que possa ser naturalizado. O silenciamento de ações homofóbicas e segregadoras, apreendido na observação sistemática, não pode continuar a acontecer. É preciso que a potencialidade formativa da escola possibilite a existência de discursos problematizantes, que questionem e transformem realidades injustas e que vão de encontro à boa saúde física e mental do sujeito. Cabe a esse espaço, refletir sobre acontecimentos de dentro e de fora de seus muros, discutindo e elaborando análises críticas e reflexivas.

O discurso escolar deve ultrapassar o limite do espaço físico da instituição e seguir até a família e a sociedade, ampliando os seus olhares para a diversidade sexual e humana. É necessário que se busquem estratégias de diminuição do preconceito e da omissão de direitos fundamentais, independente da orientação sexual do sujeito.

No que se refere à adolescência, destaca-se que o “não silenciamento” de assuntos como a homossexualidade possibilita que essa fase do desenvolvimento seja perpassada por menos dificuldades relativas aos conflitos e crises de identidade (caracterizantes desse período). Isso porque, por ser uma etapa de mudanças dos aspectos biológico, psicológico, social e jurídico, traz muitos aspectos novos para o indivíduo, que, muitas vezes, não está preparado. Para abranger a amplitude desses aspectos, é indispensável que a escola tenha uma atenção integral ao adolescente, buscando a promoção de sua saúde e estabelecendo relações dialógicas que permitam a reflexão sobre as mudanças comportamentais próprias dessa etapa e a compreensão sobre as diferentes formas de expressar a sexualidade.

Ressaltamos, ainda, que não compete aos

profissionais de saúde e/ou educadores solucionar o “problema” da homossexualidade, como lhe é comumente apresentado. Pois não se analisa a orientação sexual como um problema em si. Os objetivos de cuidado devem se centrar, por outro lado, em aspectos que ampliem a compreensão do sujeito sobre o que lhe acontece, ajudando-o a encontrar mecanismos de proteção contra o preconceito ainda existente e a pensar em estratégias de mudança no modo como a sociedade o percebe.

Ademais, a vivência da sexualidade faz parte da identidade da pessoa e deve ser compreendida em sua totalidade. Homossexuais e bissexuais têm as mesmas possibilidades e capacidades que heterossexuais para amar, estabelecer relações afetivas e criar filhos – o que equivale a dizer que

essas práticas não podem ser questionadas em razão de sua homoafetividade ou da sua identidade de gênero. As identidades sexuais e de gênero produzem-se em meio a arranjos dinâmicos de relações sociais e significados culturais.

Educar para a valorização da diversidade sexual e das relações igualitárias de gênero não é, portanto, tarefa apenas daqueles/as que fazem parte do cotidiano da escola, mas responsabilidade de toda a sociedade e do Estado. A escola influencia e sofre influência dos modos de pensar e de se relacionar, devendo contribuir para suas transformações. No espaço escolar vemos as possibilidades de particular contribuição para alteração desse processo, por construir caminhos para a eliminação de preconceitos e de práticas discriminatórias.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, R. F. de; CAMPOS, A. L. As uniões homoafetivas como entidades familiares e a efetivação dos princípios constitucionais brasileiros. In: MARIANO, C. M.; LIMA, M. M. B.(Orgs). **O Supremo Tribunal Federal e os Casos Difíceis**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2012.

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, Brasil, 2002.

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. **Juventude e Sexualidade**. Brasília: UNESCO, Brasil, 2004, 428p.

BORRILLO, D. A homofobia. In: **Homofobia e educação**. LIONCIO, T. e DINIS, D. (orgs.). Brasília: editora UnB, 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação. Brasília. Série A. **Normas e manuais técnicos**, 2006, 160p.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Subchefia para assuntos jurídicos**. Decreto nº. 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Brasília: Casa Civil, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos – apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF; 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, S. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: **Gênero e diversidade na escola** - formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. 259 p.

DUARTE, T. N. C. de (org.) **Manual de direitos humanos**. Belo Horizonte: 2. Ed. Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2008. 80p.

FALCONET, G.; LEFAUCHER, N. **A Fabricação dos Machos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

FÉLIX, L. S. **Homossexualidade e família**: novas estruturas. Artmed. Porto Alegre. 2009. 136.p.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC; 1978.

GOMES, R. **A saúde do homem em foco**. Saúde e cidadania. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

HEILBORN, M. L.; RODHEN, F. Controle sobre a sexualidade e as relações de gênero através de jogos e brincadeiras Em: **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009, 259p.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério D. (Org.). **Diversidade sexual na na educação**. Brasília: MEC, Unesco, 2009, pp. 85-93.

OLWEUS, D. Bullying em la escuela: datos e intervención. **III Reunión Internacional Sobre Biología Y Sociología de La Violencia**. Centro Reina Sofia para el Estudio de la Violência. 2004.

POCAHY, F. (org.). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre: NUANCES, 2010, 176p.

TOGNETTA, L. R. P. "Violência na escola x violência da escola". **Anais do III Congresso Ibero-Americano sobre violência nas escolas** – CIAVE. Curitiba: Champagnat, 2008.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 8ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2011.

VIANNA, C. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Proposições**, v.23, n.2, p.127-143, 2012.

WARNER, M. Fear of a queer planet. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.